

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

*(CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO
TÉCNICO DO CORPO AUXILIAR DA MARINHA/
CP-T/2013.2)*

**NÃO ESTÁ AUTORIZADA A UTILIZAÇÃO DE
MATERIAL EXTRA**

DIREITO

- 1) De acordo com Fredie Didier Jr, em Curso de Direito Processual Civil, volume 3, 2011, há situações excepcionais em que o recurso cabível da sentença não será a apelação. Com base em tal afirmação, assinale a opção correta.
- (A) Das sentenças em execução fiscal de valor igual ou inferior a cinquenta Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirá os embargos infringentes de alçada.
 - (B) Nas causas envolvendo Estado estrangeiro ou organismo internacional contra município ou pessoa residente ou domiciliada no Brasil, a sentença é impugnada por recurso ordinário constitucional.
 - (C) Contra a decisão de primeiro grau de jurisdição que denega a concessão da justiça gratuita ou que julga improcedente a impugnação manejada pela parte adversária, cabe apelação.
 - (D) Da decisão que decretar a falência, cabe agravo retido.
 - (E) Da decisão de liquidação de sentença, cabe agravo retido.
- 2) A divisão de funções mediante a criação de repartições internas dentro de uma mesma pessoa jurídica da Administração Pública representa o conceito de:
- (A) desmembramento.
 - (B) desconcentração.
 - (C) delegação de competência.
 - (D) descentralização.
 - (E) delegação de serviços.

- 3) De acordo com as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que:
- (A) o juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando determinar a prisão domiciliar.
 - (B) a Colônia Agrícola, Industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime aberto.
 - (C) a Casa do Albergado destina-se ao cumprimento da pena privativa de liberdade, em regime semiaberto, e da pena de limitação de fim de semana.
 - (D) os condenados que cumprem pena em regime fechado poderão obter autorização para a saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, no caso de visita à família.
 - (E) as penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de uma entidade federativa não podem ser executadas em outra unidade, seja em estabelecimento local ou da União.
- 4) A Constituição da República Federativa do Brasil no capítulo que versa sobre o Poder Executivo estabelece que:
- (A) o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelo Vice-Presidente.
 - (B) o mandato do Presidente da República é de cinco anos.
 - (C) A eleição do Presidente da República importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
 - (D) os Ministros de Estado serão escolhidos entre os brasileiros maiores de vinte e cinco anos e no exercício dos direitos políticos.
 - (E) Admitida acusação contra o Presidente da República será ele submetido a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
- 5) O militar que ultrapassar dois anos, contínuos ou não, em licença para tratar de interesse particular será:
- (A) demitido do serviço ativo.
 - (B) licenciado *ex officio* do serviço ativo.
 - (C) transferido compulsoriamente para reserva remunerada.
 - (D) considerado adido a sua última organização militar.
 - (E) excluído a bem da disciplina.

- 6) Em matéria de Mandado de Segurança, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.
 - (B) Estende-se à autoridade coatora o direito de recorrer.
 - (C) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação.
 - (D) No mandado de segurança coletiva, a sentença fará coisa julgada ilimitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.
 - (E) A sentença que conceder o mandado de segurança pode ser executada provisoriamente, salvo nos casos em que for vedada a concessão da medida liminar.
- 7) Acerca da Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal, assinale a opção correta.
- (A) Apenas a União, autarquias e fundações federais poderão ser réus no Juizado Especial Federal Cível.
 - (B) Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em cinco dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.
 - (C) A Lei 10.259/01 reconhece a possibilidade de reexame necessário.
 - (D) É competência do Juizado Especial Cível julgar as causas de sanções disciplinares aplicadas a militares.
 - (E) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

8) De acordo com Fredie Didier Jr, em Curso de Direito Processual Civil, vol. 3, 2011, ao recurso extraordinário interposto no âmbito dos Juizados Especiais Federais, aplicam-se, dentre outras, as seguintes regras:

- I - o relator, se entender necessário, solicitará informações ao Presidente da Turma Recursal ou ao Coordenador da Turma de Uniformização, que serão prestadas no prazo de cinco dias.
- II - o relator abrirá vista dos autos ao Ministério Público Federal, que deverá pronunciar-se no prazo de cinco dias.
- III- eventuais recursos extraordinários que versem idêntica controvérsia constitucional, recebidos subsequentemente em quaisquer Turmas Recursais ou de Uniformização, ficarão sobrestados, aguardando-se o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal.
- IV - o acórdão que julgar o recurso extraordinário conterà, se for o caso, súmula sobre a questão constitucional controvertida, e dele será enviada cópia ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais, para comunicação a todos os Juizados Especiais Federais e às Turmas Recursais e de Uniformização.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (B) As afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (D) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.

9) Fernando Capez, em sua obra Curso de Direito Penal - parte geral, vol. 1, 2011, afirma que determinado princípio, além de encontrar assento na imperativa exigência de respeito à dignidade humana, aparece insculpido em diversas passagens do Texto Constitucional, dentre elas, o art. 5º incisos XLIII, XLIII e XLIV, da Constituição Federal de 1988, dispositivos que impõem maior rigor para os casos de maior gravidade. De acordo com o entendimento desse autor, o princípio ao qual se refere é o da

- (A) confiança.
- (B) alteridade ou transcendentalidade.
- (C) insignificância ou bagatela.
- (D) adequação social.
- (E) proporcionalidade.

10) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Comum acerca da Ação Civil, é INCORRETO afirmar que:

- (A) transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.
- (B) intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela.
- (C) faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.
- (D) não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.
- (E) impedirá a propositura da ação civil a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.

11) A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é modalidade de extinção de concessão denominada:

- (A) reversão.
- (B) rescisão.
- (C) revisão.
- (D) encampação.
- (E) anulação.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/13.2

12) Analise as seguintes assertivas acerca do crime de deserção.

- I - De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar acerca "Dos Processos Especiais", é correto afirmar que no caso de deserção especial, prevista no art. 190 do Código Penal Militar, a lavratura do termo será, também, imediata.
- II - De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar acerca "Dos Processos Especiais", é correto afirmar que o termo de deserção tem o caráter de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, mas não sujeita o desertor à prisão, sendo necessária a expedição de mandado.
- III- De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar acerca "Dos Processos Especiais", é correto afirmar que o oficial desertor será excluído, permanecendo nessa situação ao apresentar-se ou ser capturado, até decisão transitada em julgado.
- IV - De acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal Militar, o desertor sem estabilidade e o insubmisso que, por apresentação voluntária ou em razão de captura, forem julgados em inspeção de saúde, para fins de reinclusão ou incorporação, incapazes para o Serviço Militar, podem ser isentos do processo, após o pronunciamento do representante do Ministério Público.
- V - De acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal Militar, a praça sem estabilidade não pode ser denunciada por deserção sem ter readquirido o "status" de militar, condição de procedibilidade para a "persecutio criminis", através da reinclusão. Para a praça estável, a condição de procedibilidade é a reversão ao serviço ativo.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas III, IV e V são verdadeiras.
- (E) Apenas as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.

- 13) Considere que determinado sindicato, regularmente constituído e em funcionamento há dois anos, vê violado, por ato abusivo de autoridade pública, direito líquido e certo seu. Na defesa deste direito, deverá o sindicato valer-se de:
- (A) mandado de segurança individual.
 - (B) ação civil pública.
 - (C) ação ordinária.
 - (D) mandado de injunção.
 - (E) mandado de segurança coletivo.
- 14) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Comum acerca "Das Provas", é correto afirmar que:
- (A) o juiz somente poderá determinar a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, se houver requerimento de pelo menos uma das partes.
 - (B) é facultado ao juiz de ofício, ordenar, desde que já tenha sido iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
 - (C) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, todas as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexó de causalidade entre umas e outras.
 - (D) a confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
 - (E) o juiz não poderá, em nenhuma hipótese, realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.
- 15) Assinale a opção que NÃO corresponde a um dos fundamentos da prisão preventiva previstos no art. 255 do Código de Processo Penal Militar.
- (A) garantia da ordem econômica.
 - (B) conveniência da instrução criminal.
 - (C) periculosidade do indiciado.
 - (D) segurança da aplicação da lei penal militar.
 - (E) exigência da manutenção das normas ou princípios da hierarquia e da disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou acusado.

16) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar acerca "Do Inquérito Policial Militar", é correto afirmar que:

- (A) os exames, perícias e avaliações realizados regularmente no curso do inquérito servirão apenas para a propositura da ação penal, devendo ser desentranhados dos autos após o recebimento da denúncia, ainda que tenham sido realizados por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas no Código Penal Militar.
- (B) o inquérito é iniciado mediante portaria quando, de sindicância feita em âmbito de jurisdição militar, resulte indício da existência de infração penal comum, seja da competência da Justiça Estadual ou Federal.
- (C) no caso de ter sido delegada a atribuição para a abertura do inquérito, o seu encarregado enviá-lo-á à autoridade de que recebeu a delegação, para que lhe homologue ou não a solução, aplique penalidade, no caso de ter sido apurada infração disciplinar, ou determine novas diligências, se as julgar necessárias.
- (D) se, no curso do inquérito, o seu encarregado verificar a existência de indícios contra oficial de posto superior ao seu, ou mais antigo, deverá requerer ao Juiz Auditor a sua substituição por outro oficial de posto superior ou mais antigo que o investigado.
- (E) o inquérito deverá terminar dentro de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de 30 (trinta) dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito.

17) A licença para acompanhar cônjuge ou companheiro, prevista no Estatuto dos Militares, será concedida desde que:

- (A) o militar requisitante possua estabilidade.
- (B) o companheiro ou cônjuge do militar requisitante seja compulsoriamente designado para ocupar emprego, ainda que de natureza privada, em outro ente da federação.
- (C) o cônjuge ou companheiro do militar seja obrigatoriamente militar das Forças Armadas ou servidor público da União.
- (D) o militar requerente tenha, como único requisito, mais de dez anos de efetivo serviço militar.
- (E) o requerente na condição de praça, possua no mínimo cinco anos de efetivo serviço.

- 18) De acordo com as disposições do Código Penal Militar acerca "Da Insubordinação", a conduta de "recusar obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução" corresponde ao tipo penal do crime de:
- (A) Desrespeito a superior.
 - (B) Recusa de obediência.
 - (C) Insubmissão.
 - (D) Descumprimento da missão.
 - (E) Revolta.
- 19) Assinale a opção que NÃO corresponde a tipo penal previsto no Código Penal Militar.
- (A) "Dormir o militar, quando em serviço, como oficial de quarto ou de ronda, ou em situação equivalente, ou, não sendo oficial, em serviço de sentinela, vigia, plantão às máquinas, ao leme, de ronda ou em qualquer serviço de natureza semelhante".
 - (B) "Embriagar-se o militar, quando em serviço, ou apresentar-se embriagado para prestá-lo".
 - (C) "Deixar de participar, em tempo, à autoridade a que estiver diretamente subordinado, a impossibilidade de comparecer à Organização Militar ou a qualquer ato de serviço a que esteja obrigado a participar ou a que tenha que assistir".
 - (D) "Propalar fatos, que sabe inverídicos, capazes de ofender a dignidade ou abalar o crédito das forças armadas ou a confiança que estas merecem do público".
 - (E) "Deixar, no exercício de função, de observar lei, regulamento ou instrução, dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar".

- 20) Em relação ao instituto da Agregação, previsto no Estatuto dos Militares, assinale a opção correta.
- (A) Agregação é a situação na qual o militar da ativa deixa de ocupar vaga na escala hierárquica do seu respectivo Corpo, Quadro, Serviço ou Arma, nela permanecendo sem número.
 - (B) O militar agregado ficará dispensado das suas obrigações disciplinares concernentes às suas relações com outros militares.
 - (C) A agregação se faz por ato do Presidente da República, sendo vedada por lei sua delegação.
 - (D) O militar agregado não ficará adido a qualquer Organização Militar.
 - (E) O militar será agregado quando afastado temporariamente do serviço ativo por haver ultrapassado seis meses de licença para tratamento de saúde própria.
- 21) De acordo com as disposições do Código Penal Militar acerca "Das Penas", NÃO está prevista naquela norma como pena principal ou acessória a pena de:
- (A) multa.
 - (B) morte.
 - (C) reforma.
 - (D) impedimento.
 - (E) incompatibilidade com o oficialato.
- 22) De acordo com o entendimento de Rogério Greco na obra Curso de Direito Penal - parte geral, vol. 1, 2012, a teoria adotada pelo art. 4º. do Código Penal Comum em relação ao tempo do crime foi a:
- (A) teoria da atividade.
 - (B) teoria do resultado.
 - (C) teoria mista ou da ubiquidade.
 - (D) teoria formal.
 - (E) teoria material.

- 23) De acordo com as disposições do Código Penal Militar acerca "Do Crime", é correto afirmar que:
- (A) a superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação ainda que, por si só, tenha produzido o resultado.
 - (B) nos "Crimes contra a autoridade ou disciplina militar", pune-se sempre a tentativa com a pena correspondente à pena do crime consumado.
 - (C) o agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde pelo crime que queria praticar, com pena reduzida.
 - (D) tem a pena reduzida pela metade quem, ao praticar o crime, supõe, por erro plenamente escusável, a inexistência de circunstância de fato que o constitui ou a existência de situação de fato que tornaria a ação legítima.
 - (E) a pena pode ser atenuada ou substituída por outra menos grave quando o agente, salvo em se tratando de crime que atente contra o dever militar, supõe lícito o fato, por ignorância ou erro de interpretação da lei, se escusáveis.
- 24) Em relação aos Atos Processuais, assinale a opção correta.
- (A) O juiz, ao pronunciar a nulidade, declarará que atos são atingidos, ordenando as providências necessárias, a fim de que sejam repetidos, ou retificados.
 - (B) É defeso lançar, nos autos, cotas marginais ou interlineares; o juiz mandará riscá-las, impondo a quem as escrever multa correspondente à um salário mínimo vigente na sede do juízo.
 - (C) A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
 - (D) Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas quarenta e oito horas.
 - (E) Cumprida a carta precatória, será devolvida ao juízo de origem, no prazo de quinze dias, independentemente de traslado, pagas as custas pela parte.

- 25) Fredie Didier Jr., em Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, 2011, elenca os seguintes princípios constitucionais processuais implícitos:
- (A) da boa-fé processual, da efetividade e da publicidade.
 - (B) da ampla defesa, da igualdade processual e da efetividade.
 - (C) da ampla defesa, igualdade processual e da publicidade.
 - (D) da boa-fé processual, da efetividade e da adequação do processo.
 - (E) da boa-fé processual, da igualdade processual e da ampla defesa.
- 26) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Comum acerca "Da Competência", é correto afirmar que:
- (A) a competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar de domicílio da vítima.
 - (B) se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.
 - (C) quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela distribuição.
 - (D) nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o local da infração.
 - (E) a conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento no concurso entre a jurisdição comum e a militar.

- 27) De acordo com as disposições do Código de Processo Penal Militar e da Lei nº 8.457/1992 (Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento dos seus serviços auxiliares), nas infrações penais militares, quando o coator ou o paciente for militar das Forças Armadas, independente de posto ou graduação, inclusive praça sem graduação, o conhecimento do pedido de "Habeas Corpus" será originariamente do:
- (A) Superior Tribunal Militar.
 - (B) Juiz Auditor da Circunscrição Judiciária Militar do local onde ocorreu a violência ou a coação.
 - (C) Juiz Auditor Corregedor.
 - (D) Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da Circunscrição Judiciária Militar onde ocorreu a violência ou coação.
 - (E) Conselho Especial de Justiça da Auditoria da Circunscrição Judiciária Militar onde ocorreu a violência ou coação.
- 28) O ato discricionário e precário no qual a Administração consente que o particular exerça atividade ou utilize bem público no seu próprio interesse é conhecido por:
- (A) permissão.
 - (B) homologação.
 - (C) autorização.
 - (D) licença.
 - (E) admissão.
- 29) Será considerado excedente o militar que:
- (A) for promovido por bravura.
 - (B) aguardar a colocação a que faz jus na escala hierárquica, após transferência de Corpo, Quadro, Arma ou Serviço, estando o mesmo com seu efetivo completo.
 - (C) for promovido indevidamente e aguardar Portaria do Ministro da Defesa.
 - (D) retornar ao seu respectivo Corpo ou Quadro, após cessado o motivo que determinou sua reforma.
 - (E) sendo o mais antigo da sua escala hierárquica, ultrapassar o efetivo do seu Corpo, Quadro, Arma ou Serviço.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/13.2

30) Em sede de controle de constitucionalidade, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O Brasil adotou o sistema jurisdicional misto, realizado tanto de forma concentrada como por qualquer juiz ou tribunal.
- (B) dar-se-á o chamado "veto político", quando o chefe do executivo considerar o projeto de lei inconstitucional.
- (C) o controle preventivo realizado pelo Poder Legislativo é verificado através das Comissões de Constituição e Justiça, se o projeto de lei conter algum vício de inconstitucionalidade.
- (D) o controle repressivo será realizado sobre a lei e não mais sobre o projeto de lei.
- (E) existe a possibilidade de o controle posterior ser exercido pelo Poder Legislativo como exceção a regra geral do controle posterior jurisdicional misto.

31) Com relação à prescrição, é correto afirmar que:

- (A) prescreve em dois anos, a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.
- (B) prescreve em um ano, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (C) prescreve em cinco anos, a pretensão do vencedor para haver do vencido o que despendeu em juízo.
- (D) prescreve em três anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (E) prescreve em quatro anos, a pretensão de reparação civil.

32) Constitui competência privativa da União legislar sobre:

- (A) energia, trânsito e previdência.
- (B) direito tributário, financeiro e penitenciário.
- (C) direito econômico, previdência social e trânsito.
- (D) direito econômico, trânsito e águas.
- (E) águas, energia e trânsito.

- 33) De acordo com as disposições do Código Penal Comum acerca "Dos Crimes contra a Fé Pública", a conduta de "omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante", corresponde ao tipo penal do crime de:
- (A) Falsificação de documento público.
 - (B) Falsidade ideológica.
 - (C) Certidão ou atestado ideologicamente falso.
 - (D) Falsidade material de atestado ou certidão.
 - (E) Falsa identidade.
- 34) De acordo com as disposições do Código Penal Comum acerca "Do Crime", é correto afirmar que:
- (A) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa, não permitindo a punição por crime culposos, ainda que previsto em lei.
 - (B) terá a pena reduzida quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
 - (C) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta o agente de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima.
 - (D) o desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, atenuará a pena; se evitável, poderá agravá-la até a metade.
 - (E) considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

35) Considere as seguintes afirmações:

- I - São pertenças os bens que, constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- II - Consideram-se imóveis para efeitos legais, os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- III- O uso comum dos bens públicos somente pode ser gratuito.
- IV - Consideram-se imóveis para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta.

Das proposições acima:

- (A) Apenas a afirmativa IV está correta.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (E) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

36) A forma de manifestação do Poder Constituinte Derivado concretizada pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral, chama-se poder constituinte

- (A) reformador.
- (B) supranacional.
- (C) revisor.
- (D) decorrente.
- (E) formal.

37) Sobre segurança pública, é correto afirmar que:

- (A) às polícias civis dos estados, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive quanto aos crimes de competência da União.
- (B) Os Municípios estão autorizados a criar guarda municipal com objetivos de colaborar com a polícia civil na função de polícia judiciária.
- (C) As polícias militares subordinam-se aos governadores dos Estados, com exceção do Distrito Federal, onde a subordinação se dá em relação ao chefe de governo da União.
- (D) Às Forças Armadas, cabem, como regra geral, o exercício da ordem pública e da proteção do patrimônio e da incolumidade das pessoas.
- (E) compete à polícia federal prevenir e reprimir o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.

38) Em relação aos Recursos, assinale a opção correta.

- (A) O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença.
- (B) A interposição do agravo de instrumento obsta o andamento do processo.
- (C) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- (D) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- (E) Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.

- 39) De acordo com as disposições da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais) acerca "Dos Juizados Especiais Criminais", é correto afirmar que:
- (A) na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, não poderão ser utilizados os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
 - (B) ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, mas dele deverá ser exigida fiança.
 - (C) a composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.
 - (D) tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado não acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
 - (E) o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica decadência do direito, que não poderá mais ser exercido.
- 40) De acordo com a lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito federal, é correto afirmar que:
- (A) o processo administrativo somente pode ser iniciado a pedido do interessado.
 - (B) a competência é irrenunciável, estando afastada em qualquer hipótese a possibilidade de delegação.
 - (C) a Administração poderá anular seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade.
 - (D) os atos que apresentem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela administração, desde que não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
 - (E) o interessado não poderá desistir ou renunciar do pedido formulado.

- 41) Em relação ao Direito Sucessório, assinale a opção correta.
- (A) Pode o testador, em qualquer situação, estabelecer cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade, e de incommunicabilidade sobre os bens da legítima.
 - (B) É permitido ao testador estabelecer a conversão dos bens da legítima em outros de espécie diversa.
 - (C) São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.
 - (D) A ação de petição de herança, quando exercida por um só dos herdeiros, não compreende todos os bens hereditários.
 - (E) Mediante autorização judicial e ainda que sem justa causa, podem ser alienados os bens gravados, convertendo-se o produto em outros bens, que ficarão sub-rogados nos ônus dos primeiros.
- 42) Em relação à ação civil pública, é correto afirmar que:
- (A) a ação civil poderá ter por objeto somente o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.
 - (B) em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, somente o Ministério Público assumirá a titularidade ativa.
 - (C) não será admitido o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida a Lei 7.347/85.
 - (D) o servidor público poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhes os elementos de convicção.
 - (E) constitui crime, punido com pena de reclusão de um a três anos mais, multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

43) Quanto ao domicílio civil da pessoa natural, é correto afirmar que:

- (A) tem domicílio necessário tão somente o incapaz, o servidor público, o militar e o preso.
- (B) ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o local da última residência.
- (C) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á o lugar onde for encontrada.
- (D) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência ainda que sem ânimo definitivo.
- (E) o domicílio do militar é o local onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.

44) Dentre as proposições abaixo, algumas são falsas, outras verdadeiras:

- I - O juiz dará curador especial tão somente ao réu preso e ao revel citado por edital.
- II - Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu poderá, mesmo após proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos.
- III- A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, altera a legitimidade das partes.
- IV - A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- (D) Apenas as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- (E) Apenas a afirmativa IV é verdadeira.

- 45) De acordo com as disposições da Lei nº 8.457/1992 (Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento dos seus serviços auxiliares), é correto afirmar que:
- (A) compete ao Superior Tribunal Militar processar e julgar originariamente os oficiais superiores das Forças Armadas, nos crimes militares definidos em lei.
 - (B) o Conselho Permanente é constituído para cada processo e dissolvido após conclusão dos seus trabalhos, reunindo-se, novamente, se sobrevier nulidade do processo ou do julgamento, ou diligência determinada pela instância superior.
 - (C) o Conselho Especial, uma vez constituído, funcionará durante 3 (três) meses consecutivos, coincidindo com os trimestres do ano civil, podendo o prazo de sua jurisdição ser prorrogado nos casos previstos em lei.
 - (D) compete ao Conselho Especial de Justiça processar e julgar oficiais, exceto os oficiais gerais, nos delitos previstos na legislação penal militar.
 - (E) compete aos Presidentes dos Conselhos Especial e Permanente de Justiça decidir sobre recebimento de denúncia, pedido de arquivamento, de devolução de inquérito e representação.
- 46) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
- (A) garantir o desenvolvimento nacional e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
 - (B) promover a cidadania e garantir a soberania nacional.
 - (C) construir uma sociedade livre, justa e solidária; e incentivar o pluralismo político.
 - (D) repudiar o terrorismo e conceder asilo político aos que necessitarem.
 - (E) garantir o desenvolvimento nacional e a valorização do trabalho e da livre-iniciativa.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/13.2

- 47) Em relação ao processo legislativo, assinale a opção correta.
- (A) Não é possível a edição de medida provisória sobre matérias reservadas à lei complementar, salvo se a aprovação por cada uma das Casas do Congresso Nacional se der por maioria absoluta.
 - (B) O Presidente da República dispõe de quarenta e oito horas para vetar um projeto de lei, contadas da data do recebimento, devendo, dentro de vinte e quatro horas, comunicar os motivos do veto ao Presidente do Senado Federal.
 - (C) O Presidente da República poderá adotar medidas provisórias em caso de violação de direitos humanos.
 - (D) Lei federal determinando que são penalmente imputáveis os maiores de dezesseis anos é incompatível com a Constituição Federal.
 - (E) A iniciativa popular, expressamente prevista na Carta Magna, aplica-se à proposta de emenda à Constituição.
- 48) Em relação ao Estatuto do Idoso, é correto afirmar que:
- (A) o Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.
 - (B) a obrigação alimentar é solidária, entretanto não pode o idoso optar entre os prestadores.
 - (C) incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, tão somente medicamentos, especialmente os de uso continuado, e próteses.
 - (D) haverá reserva de pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.
 - (E) constituem obrigações das entidades de atendimento, fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos.
- 49) "O livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer" é um direito assegurado pela Carta Constitucional em vigor. A norma em questão é de:
- (A) eficácia contida.
 - (B) eficácia programática.
 - (C) eficácia limitada.
 - (D) eficácia plena.
 - (E) princípio institutivo.

Prova : Amarela
Profissão : DIREITO

Concurso : CP-T/13.2

50) Os atos administrativos cuja vontade final da administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, havendo certa autonomia em cada uma das manifestações é conhecido como ato:

- (A) simples.
- (B) coletivo.
- (C) colegiado.
- (D) complexo.
- (E) composto.